

'Moderados' aprovam pagamento prévio para as desapropriações

BRASÍLIA — No primeiro embate na Comissão de Sistematização sobre o direito de propriedade, a vitória foi do grupo "moderado", que conseguiu aprovar ontem um destaque determinando que será prévia a indenização nos casos de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou interesse social. Numa votação apertada — 53 votos contra 40 —, os moderados incluíram a palavra prévia no parágrafo 35 do artigo 6 do texto, que antes determinava que as desapropriações seriam feitas apenas "mediante justa indenização".

O destaque foi apresentado pelo Deputado José Egreja (PTB-SP), e defendido em plenário pelo Líder do PTB, Gastone Righi. A seu favor, votaram todos os integrantes do PFL na Comissão — com exceção do Deputado José Thomaz Nonô —, o PDS e o PTB, além de 19 constituintes dos 49 do PMDB.

Os constituintes que votaram contra o destaque, como o relator adjunto José Fogaça (PMDB-RS), alertaram o plenário para a possibilidade de uma manobra dos "moderados", que, após a inclusão da palavra prévia, poderiam tentar retirar a expressão justa, referente à indenização. O Líder do PCB, Roberto Freire, chegou a acusar o autor do destaque de, na primeira redação de sua emenda, ter tentado retirar a função social da propriedade. Já o Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que votou a favor do destaque, afirmou



Gastone Righi: vitória

que esta palavra não prejudica a questão fundamental da reforma agrária e que ela resultou de um acordo de diversas lideranças de partidos e grupos para reduzir os conflitos na votação.

Este foi o único destaque aprovado para este parágrafo, já que tanto "moderados" quanto "progressistas" concordaram que o momento mais adequado para se discutirem maiores detalhes da questão da desapropriação é o capítulo referente à reforma agrária. Neste sentido, foi rejeitado, por 68 votos a 23, destaque do Deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), que pretendia estabele-

cer uma diferença entre a propriedade dos bens de uso pessoal e familiar da dos bens de produção, com critérios diferentes para sua desapropriação. Na votação deste destaque, prevaleceu o entendimento do Relator e do Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) de que o direito de propriedade tratado no artigo 6 do Capítulo I dos Direitos Individuais e Coletivos é um princípio geral e que a regra especial é tratada no capítulo da reforma agrária.

A Comissão rejeitou ainda destaque do Deputado Amaury Müller (PDT-RS), que pretendia incluir no texto a determinação de que a lei disciplinará a aquisição, o uso e os limites da propriedade. Dois destaques foram retirados pelos autores.

De acordo com o que foi aprovado ontem, é o seguinte o texto:

"Parágrafo 35 — A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente desse uso".

Presidente do Supremo rejeita novo Conselho

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SP — O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Rafael Mayer, considerou "uma idéia fora de qualquer propósito" a criação do Conselho Nacional de Magistratura, órgão que estaria acima do STF, em termos de decisão, conforme proposta de alguns constituintes.

— O que nós esperamos da Constituinte é que faça a opção por um regime democrático. E a base de um verdadeiro regime democrático, do Estado de Direito e constitucional, é a divisão de poderes. Um dos poderes é o Judiciário, que deve ser autônomo e soberano em sua área de atribuições. Logo, se houvesse outro órgão acima desse Poder Judiciário, seria negar tudo isso, seria um sistema com quatro poderes.

Rafael Mayer disse não acreditar na criação desse conselho e explicou:

— O STF tem a tradição institucional. Foi criado pela República em 1891 e representa a opção do povo por um regime republicano. Por isso, acredito que na Constituição ele será respeitado e até fortalecido.

Mayer defendeu ainda a descentralização da Justiça, com a criação de tribunais regionais em cidades de porte médio no interior, para facilitar a aproximação da Justiça com o povo e melhorar seu desempenho.

O Presidente do STF veio a São José do Rio Preto participar da Semana de Estudos Jurídicos, promovida pela Faculdade de Direito Rio-Pretense, que comemora 22 anos.

Teses liberais estão vencendo por enquanto

BRASÍLIA — Sem uma polarização entre esquerda e direita, correntes minoritárias na Comissão de Sistematização, as teses progressistas liberais, com espírito democratizante, têm sido vitoriosas até o momento, quando foram votados apenas os temas relativos a princípios fundamentais, direitos individuais e coletivos. O primeiro confronto entre os grandes blocos de "moderados" e "progressistas" acontecerá quando for votado o capítulo sobre direitos sociais, provavelmente neste fim de semana.

E a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do grupo "moderado", faz desde já uma advertência:

— Os esquerdistas só ganham aqui quando nós, do Centro, votamos com eles. Podem tirar o cavalo da chuva.

Ela está insatisfeita com algumas posições tomadas pelos "progressistas". Lembra que, na sessão de terça-feira, a esquerda fez questão de derrubar o terrorismo como crime imprescritível e inafiançável.

— Com isso — acentua —, consagrou o episódio do Riocentro, que poderia ser investigado agora.

Ao permitir o aborto, a esquerda também está assumindo uma posição retrógrada, disse Sandra:

— E progressista quem defende a vida, a natureza, a liberdade de crença, de ir à escola.

Outro constituinte "moderado", o Deputado Milton Reis (PMDB-MG), reconhece que os "progressistas" estão levando vantagem. Mas salienta que ele mesmo tem votado com esse grupo em muitas questões.

— Afinal, fui cassado por 14 anos. Também senti na carne a falta de liberdade.

No final de uma avaliação, todos concordam que quem está ganhando mesmo é a sociedade brasileira.

— As emendas estão tornando o texto mais progressista, mais moderno — admite Reis.

Sandra também entende que o grande vitorioso "é o povo brasileiro, que está ganhando uma Constituição moderna". Já o Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), "progressista", acha que está vencendo "uma aliança dos setores liberais do pensamento progressista com setores modernos do pensamento liberal". Para explicar melhor, lembra que existem cinco grupos básicos na Constituinte: "os radicais de esquerda, os progressistas, os liberais, os conservadores e os reacionários". E sustenta que, invariavelmente, a vitória é assegurada pela adesão dos liberais, que ficam no centro desse quadro. Nas questões relativas à ordem econômica, entretanto, esta composição poderá ser diferente, como reconhecem os próprios "progressistas".

O Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), também acha que não dá para caracterizar agora o confronto entre direita e esquerda:

— Os grupos estão muito divididos, porque não estão ainda sendo votados temas de polarização.

Ulysses resiste à idéia de ampliar prazo para a votação

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, resiste ao pedido de prorrogação do prazo de votação na Comissão de Sistematização, alegando que as sucessivas dilatações do prazo dos trabalhos da Constituinte o preocupam, no momento em que muitas decisões importantes para o País, como a renegociação da dívida externa, dependem da promulgação da nova Carta. A relação entre a Constituinte e negociação da dívida foi um dos temas da conversa de três horas mantida pela manhã entre Ulysses e o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Ulysses foi procurado ontem pelo Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que lhe foi transmitir o pedido de prorrogação do prazo de votação por até 30 dias, aprovado pelos integrantes da Comissão. O Presidente da Assembleia Nacional Constituinte pediu prazo até segunda-feira para decidir, mas, desde já, tem dito que é contra a idéia.

Os integrantes da Comissão concluíram que não é possível analisar todo o substitutivo do Relator Bernardo Cabral dentro do cronograma estabelecido — até o dia 8. Como não se pretende utilizar o instrumento do decurso de prazo (o que não foi votado vai para o plenário na forma estabelecida no substitutivo), a Mesa da Comissão resolveu pedir a prorrogação do prazo.

Ulysses disse que vai analisar neste fim de semana a conveniência de prorrogar o prazo, mas antecipadamente demonstra que não discorda da utilização do decurso de prazo na Comissão, porque o instrumento é usado nas Comissões e CPIs da Câmara e do Senado, com os relatores expondo seus pareceres oralmente em plenário.

A Mesa da Comissão, reunida ontem de manhã, decidiu ainda que será permitido, daqui por diante, que o autor de pedidos de destaque altere parcialmente o texto da emenda que quer ressaltar, desde que o apresente antes de ser iniciada a votação.

Esta questão dividiu os integrantes da Mesa, que acabaram por aceitá-la para respaldar o Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que já havia aberto o precedente na sessão de quinta-feira.

A Comissão decidiu também que, nos fins de semana, só haverá votação nos sábados de manhã — das 9h às 13h — e não mais aos domingos, para não sobrecarregar seus integrantes. Segundo o Vice-Presidente Jarbas Passarinho, a carga de trabalho dos integrantes da Comissão está muito intensa, pois, além das votações, que chegam a oito horas consecutivas, eles ainda têm compromissos em CPIs e sessões regulares da Câmara e do Senado.

Ulysses disse que vai analisar neste fim de semana a conveniência de prorrogar o prazo, mas antecipadamente demonstra que não discorda da utilização do decurso de prazo na Comissão, porque o instrumento é usado nas Comissões e CPIs da Câmara e do Senado, com os relatores expondo seus pareceres oralmente em plenário.

A Mesa da Comissão, reunida ontem de manhã, decidiu ainda que será permitido, daqui por diante, que o autor de pedidos de destaque altere parcialmente o texto da emenda que quer ressaltar, desde que o apresente antes de ser iniciada a votação.

Esta questão dividiu os integrantes da Mesa, que acabaram por aceitá-la para respaldar o Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que já havia aberto o precedente na sessão de quinta-feira.

A Comissão decidiu também que, nos fins de semana, só haverá votação nos sábados de manhã — das 9h às 13h — e não mais aos domingos, para não sobrecarregar seus integrantes. Segundo o Vice-Presidente Jarbas Passarinho, a carga de trabalho dos integrantes da Comissão está muito intensa, pois, além das votações, que chegam a oito horas consecutivas, eles ainda têm compromissos em CPIs e sessões regulares da Câmara e do Senado.

Ulysses disse que vai analisar neste fim de semana a conveniência de prorrogar o prazo, mas antecipadamente demonstra que não discorda da utilização do decurso de prazo na Comissão, porque o instrumento é usado nas Comissões e CPIs da Câmara e do Senado, com os relatores expondo seus pareceres oralmente em plenário.

A Mesa da Comissão, reunida ontem de manhã, decidiu ainda que será permitido, daqui por diante, que o autor de pedidos de destaque altere parcialmente o texto da emenda que quer ressaltar, desde que o apresente antes de ser iniciada a votação.

Esta questão dividiu os integrantes da Mesa, que acabaram por aceitá-la para respaldar o Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que já havia aberto o precedente na sessão de quinta-feira.

A Comissão decidiu também que, nos fins de semana, só haverá votação nos sábados de manhã — das 9h às 13h — e não mais aos domingos, para não sobrecarregar seus integrantes. Segundo o Vice-Presidente Jarbas Passarinho, a carga de trabalho dos integrantes da Comissão está muito intensa, pois, além das votações, que chegam a oito horas consecutivas, eles ainda têm compromissos em CPIs e sessões regulares da Câmara e do Senado.

Ulysses disse que vai analisar neste fim de semana a conveniência de prorrogar o prazo, mas antecipadamente demonstra que não discorda da utilização do decurso de prazo na Comissão, porque o instrumento é usado nas Comissões e CPIs da Câmara e do Senado, com os relatores expondo seus pareceres oralmente em plenário.

A Mesa da Comissão, reunida ontem de manhã, decidiu ainda que será permitido, daqui por diante, que o autor de pedidos de destaque altere parcialmente o texto da emenda que quer ressaltar, desde que o apresente antes de ser iniciada a votação.

Esta questão dividiu os integrantes da Mesa, que acabaram por aceitá-la para respaldar o Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que já havia aberto o precedente na sessão de quinta-feira.

A Comissão decidiu também que, nos fins de semana, só haverá votação nos sábados de manhã — das 9h às 13h — e não mais aos domingos, para não sobrecarregar seus integrantes. Segundo o Vice-Presidente Jarbas Passarinho, a carga de trabalho dos integrantes da Comissão está muito intensa, pois, além das votações, que chegam a oito horas consecutivas, eles ainda têm compromissos em CPIs e sessões regulares da Câmara e do Senado.

Ulysses disse que vai analisar neste fim de semana a conveniência de prorrogar o prazo, mas antecipadamente demonstra que não discorda da utilização do decurso de prazo na Comissão, porque o instrumento é usado nas Comissões e CPIs da Câmara e do Senado, com os relatores expondo seus pareceres oralmente em plenário.

A Mesa da Comissão, reunida ontem de manhã, decidiu ainda que será permitido, daqui por diante, que o autor de pedidos de destaque altere parcialmente o texto da emenda que quer ressaltar, desde que o apresente antes de ser iniciada a votação.

Caiado promete o maior protesto público do País

BELO HORIZONTE — Fazer a maior manifestação pública da livre iniciativa na História do País antes da promulgação da nova Constituição. Esta foi a promessa que o Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, fez ontem, minutos antes de participar de um leilão de cerca de mil bezerros para arrecadar CZ\$ 6 milhões, destinados à Direção Regional da UDR na Grande Belo Horizonte, instalada na quinta-feira.

Irritado com o substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o líder ruralista advertiu para a possibilidade de promover um levante nacional, caso seja aprovada a atual proposta de Constituição.

— Vamos fazer o levante da competência, de forma ordeira e pacífica, e não como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que insurte os trabalhadores a irem a Brasília munidos de foice e martelo — afirmou.

O Presidente da UDR não adiantou a data da manifestação, que será realizada no Distrito Federal. Mas despejou sua ira sobre o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), dizendo que ele comanda apenas "a esquadinha de butique, PT, PC do B e PCB, que vive na sombra de quem sempre produziu no País".

UDR pressiona e acompanha votos

BRASÍLIA — A UDR está acompanhando voto a voto o comportamento dos integrantes da Comissão de Sistematização e trazendo até Brasília Prefeitos e representantes para exigirem dos constituintes o cumprimento dos compromissos assumidos junto às bases. Os mapas de votação estão sendo feitos pessoalmente por Fábio Sabóia, Assessor direto do Presidente da entidade, Ronaldo Caiado. Para garantir o vigor desse lobby, a UDR está mantendo 140 apartamentos reservados nos hotéis do Distrito Federal.

Com trânsito livre no plenário, como convidado da liderança do PFL, Fábio Sabóia explica a utilidade desses mapas: eles podem orientar as votações que interessam mais diretamente à UDR. Sabóia trabalha ainda pela aprovação de qualquer emenda que exija acordos de última hora.

A entidade fez um trabalho completo de análise do substitutivo, das emendas e dos pedidos de destaque, com os pareceres pela aprovação ou rejeição da matéria correspondente. Esses manuais circulam entre os deputados como orientação para votação. O Assessor de Caiado explica que esse estudo comparativo é uma reflexão jurídica e que não define posição ideológica. Trata-se apenas de um trabalho de assessoria para os parlamentares que se interessarem pelo estudo.

O fato é que a maioria dos Deputados do PFL recebe diariamente uma planilha comparativa, com todas as informações sobre o que deve e o que não deve ser aprovado. Muitas das emendas têm inclusive justificativas para rejeição ou aprovação, com sugestões para defesa da matéria.

Nos dados colhidos até agora pela assessoria da UDR, ainda está difícil fazer uma análise precisa de como será a votação da reforma agrária, que interessa mais diretamente à entidade. Sabóia explica que algumas coisas já estão claras desde o início, exemplificando com a votação do Preâmbulo da Constituição.

— Imagino que quem quer tirar Deus do Preâmbulo e é a favor do aborto generalizado é obviamente contra quem produz.

Ele disse ainda que os mapas são uma excelente referência para diagnosticar posições "demagógicas".

— Eu vi o Roberto Freire defender a permanência de Deus no Preâmbulo e declarar-se ateu, por escrito. E isso que temos de denunciar.

Pimenta comanda o voto da bancada peemedebista

BRASÍLIA — Depois de ter ficado distante do centro de decisões do Governo e da cúpula do PMDB por quase oito meses, quando foi derrotado pelo Deputado Bernardo Cabral na disputa pelo cargo de Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, o Deputado Pimenta da Veiga (MG) reaparece em um dos momentos mais importantes para seu partido, assumindo, na prática, o papel de Líder da bancada peemedebista ao comandar a sua votação no plenário da Comissão.

Os dois anos de experiência que teve como Líder do PMDB na Câmara a partir da instalação do Governo da Nova República lhe deram as credenciais para que assumisse a liderança na Sistematização enquanto o titular, Senador Mário Covas, se recupera da cirurgia a que se submeteu no coração.

O Líder em exercício, Deputado Euclides Scalco (PR), prefere atuar nos bastidores, costurando a unidade entre as diversas correntes peemedebistas e um entendimento com os demais partidos.

Pimenta da Veiga, que, ligado a Ulysses Guimarães, defendera a candidatura do Deputado Luiz Henrique (SC) à Liderança do PMDB na Constituinte, derrotada pela de Mário Covas, está agora afinado com o grupo do Senador. Tem recebido, de resto, repetidos elogios do próprio Covas.



Pimenta: liderança inesperada

Ontem, durante a votação na Comissão de Sistematização, ele ocupou o microfone de apertes para anunciar a posição do PMDB sobre uma emenda ao texto do substitutivo do Relator Bernardo Cabral na parte referente ao direito de propriedade.

— O PMDB entende que esta emenda não prejudica a questão fundamental (a reforma agrária) — disse, sem inibição, Pimenta, que era apontado como um dos dissidentes do partido em Minas.